

A ROMANTIZAÇÃO DA MATERNIDADE: UMA FORMA DE OPRESSÃO DE GÊNERO

Janine Pestana Carvalho (1); Amanda de Almeida Schiavon (2); Airi Macias Sacco (3)

¹Graduanda em Psicologia, Universidade Federal de Pelotas –

janinepcarvalho@hotmail.com ; ²Graduanda em Psicologia, Universidade Federal de Pelotas

– amandaschiavon@yahoo.com.br ; ³Prof. Dra. em Psicologia, Universidade Federal de Pelotas – airisacco@ufpel.edu.br

Resumo: Este relato de experiência surge a partir da atuação no Estágio Específico de Psicologia em Promoção e Prevenção de Saúde, realizado no setor de obstetrícia de um hospital universitário. Embora a experiência pessoal de cada paciente seja subjetiva e vivenciada de uma forma muito singular, a escuta que prestava a cada uma das pacientes, me alertaram para algumas questões que são atravessadas pela opressão da classe feminina. Os relatos, mesmo resultantes de uma grande romantização cultural da maternidade, deixavam sempre escapar vestígios de uma busca incessante de reconhecimento e valorização pela sociedade. Diante da veiculação de uma imagem romantizada da maternidade se produz uma idealização pela sociedade desse momento na vida da mulher, e as cobranças vinculadas a esta idealização podem ser geradoras de opressão e sofrimento.

Palavras-chave: Maternidade, romantização, idealização, opressão de gênero, sofrimento psíquico.

Categoria 1 – **Práticas escolares, universitárias e de formação docente.**

Introdução

A inspiração para a escrita deste relato de experiência surgiu diante de minha atuação como aluna de psicologia no estágio específico de Prevenção e Promoção de Saúde, realizado no setor de obstetrícia de um hospital universitário. Concomitantemente ao estágio cursei a disciplina que propunha discussões sobre os Estudos de Gênero e Diversidade, aprofundando meus conhecimentos a respeito das lutas das classes pela igualdade social ao longo dos anos. A ampliação de meus conhecimentos teóricos juntamente ao trabalho prático em uma maternidade hospitalar resultou em algumas reflexões que descreverei ao longo de minha escrita.

O estágio em questão teve duração de um ano sendo realizado no sétimo e oitavo

semestres, e foi minha primeira experiência em um setor obstétrico ao longo da graduação em psicologia. Os atendimentos prestados a cada paciente visavam o preenchimento da triagem psicológica hospitalar, procedimento adotado para realizar uma avaliação da necessidade de acompanhamento psicológico durante a internação. Embora o objetivo inicial fosse apenas preencher a triagem, a escuta feita a cada paciente me alertava para algumas questões que são atravessadas pela opressão da classe feminina. As inquietações que surgiram a partir daí me fizeram refletir sobre o quanto a maternidade é culturalmente romantizada e o quanto ainda é uma forma da mulher obter reconhecimento e valorização pela sociedade.

Relato de experiência

Inicialmente, quando consegui a vaga para o estágio no setor de obstetrícia do hospital, minha visão também romantizada sobre o período gravídico-puerperal, me fez pensar o quanto seria interessante acompanhar as pacientes no momento mais especial de suas vidas. Quando pensava no sofrimento que iria encontrar, relacionava com as perdas fetais e com as doenças gestacionais. O hospital onde realizei meu estágio é referência na assistência à gestação de alto risco e, portanto sabia que encontraria pacientes que estavam enfrentando intercorrências ao longo da gestação e/ou puerpério. No entanto, além das questões apontadas anteriormente, presenciei tantas outras formas de sofrimento que, embora estivessem relacionadas à experiência pessoal e singular de cada paciente, pareciam ter uma mesma base: a idealização da maternidade.

Durante os atendimentos prestados as pacientes internadas no setor de obstetrícia, tanto gestantes quanto puérperas, não raro os discursos apontavam para a presença de sentimentos de culpa, insegurança e medo. Esses sentimentos pareciam ser os ingredientes principais de uma receita que resultava em sofrimento psíquico. Contudo, o sofrimento enfrentado era desvalorizado pelos familiares, por integrantes da equipe de profissionais e, por vezes acabava sendo negado também pelas próprias pacientes. Quando lhes era oferecido por mim uma escuta atenta e livre de julgamentos, as pacientes davam voz às dificuldades enfrentadas e para o quanto estavam se sentindo impotentes e incompletas. Aos poucos, como profissional, mas também como mulher e como alguém que cresceu com uma visão romantizada da maternidade, fui percebendo que as dificuldades das pacientes que atendia não faziam parte das exceções, e sim eram comuns a todos ciclos gravídico-puerperais.

Minhas inquietações então passaram a ganhar questionamentos, por que as

dificuldades do período gestacional, tanto fisiológicas quanto psicológicas não são expostas? Por que a gravidez e puerpério são tão idealizadas socialmente? Como que a idealização deste período pode favorecer a desvalorização do sofrimento enfrentado pela mulher? Será que a romantização da maternidade é usada como uma forma de opressão de gênero? Entre tantos outros questionamentos. Além disso, uma das questões bastante reflexiva era pensar nos motivos pelos quais as pacientes decidiram serem mães.

Mesmo que este não tenha sido um tema trabalhado diretamente com as pacientes, entender a romantização e a busca por reconhecimento a partir da maternidade ficava mais visível ao longo dos atendimentos. Uma gestante em seu relato, quando questionada sobre os motivos por querer ter um filho verbalizou, “agora vou ter responsabilidades, vou cuidar da casa, vou fazer tudo que eu não fazia”. Outras se mostravam confusas com o questionamento de o porquê quererem ter filhos, mostrando-se resistentes a pensar na maternidade como uma opção e não como uma “obrigatoriedade” feminina. Esse pensamento de que somente a maternidade é capaz de afirmar a posição de mulher era recorrente, e estava sempre acompanhada de discursos sobre a completude, sobre a realização pessoal e sobre o instinto materno.

As dificuldades na amamentação, uma das mais comuns no puerpério presenciadas ao longo de meu estágio, se tornava um disparador para uma série de sentimentos negativos como insegurança, medo, culpa, entre outros. Da mesma forma, as intercorrências fisiológicas como diabetes gestacional, pré-eclâmpsia, parto prematuro, etc., também favoreciam o aparecimento da culpabilização. Nesses casos, as pacientes ficavam procurando em seus modos de vida e pensamentos os motivos para as intercorrências encontradas.

Até mesmo os sentimentos produzidos pelas intercorrências consideradas “normais”, como as dores do parto, a recuperação pós-parto e a exaustão causada por diversos motivos, mobilizavam os sentimentos negativos citados anteriormente. Isso acontecia, na minha percepção, pois na maioria das vezes as pacientes não se permitiam vivenciar e nem falar sobre essas intercorrências. Essa negação dos próprios sentimentos ocorre frente a discursos bastante comuns em nossa sociedade e evidenciados em uma maternidade hospitalar, “você tem que ser forte para cuidar do seu filho”, “esse é o momento mais feliz da tua vida”, “quando você ver o rostinho dele vai esquecer de toda essa dor”, “tem que levantar, agora não é momento para fraquejar”, entre tantos outros que oprimem e desvalorizam os sentimentos da mulher.

Reflexão e considerações finais

Historicamente os registros da dominação do sexo feminino existem desde períodos ancestrais, identificados a partir de desenhos em cavernas e reafirmados posteriormente nas crenças simbólicas judaico-cristãs. O mito adâmico, interpretado pelo regime da igreja desvaloriza a mulher e, aponta para a “traição” de Eva como causadora do recaimento do ônus da maternidade nos ombros femininos. Essa forma de maternidade a qual as mulheres são “condenadas”, segundo o mito, pressupõe de um processo doloroso de procriação. Assim, as posições sociais de cada sexo possuiriam raízes na criação do mundo conforme ditam as ordens religiosas (Porto, 2011).

Badinter (1985) expõe em seu livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, as diferentes etapas que as relações entre mães e filhos passaram ao longo dos anos, estando diretamente relacionadas com o pensamento presente durante o século e as classes sociais envolvidas. Segundo a autora, as mães consideradas egoístas e más foram utilizadas como alicerces para a construção da imagem da “boa mãe” a partir do século XVIII. A adesão das mulheres a essa nova caracterização familiar se deu de forma lenta, porém, mais ou menos tarde a submissão a esse estereótipo materno visava o alcance de uma ascensão social dentro do grupo familiar, tornando-se assim a mulher um importante papel no desenvolvimento saudável dos filhos e não mais somente para sua gestação.

A partir de 1760 houve uma inundação de publicações que incentivavam as próprias mães a cuidar dos filhos, que anteriormente eram entregues aos cuidados de amas. Essas publicações possuíam como fundo a exaltação mítica do instinto materno e do amor espontâneo de toda mãe para com seu filho. Além disso, se impõe às mulheres a serem mães antes de tudo, amamentando seus bebês e lhes provendo com os cuidados necessários para que não entrassem nos índices de mortalidade o que, durante esse período, segundo a autora, não interessava aos governos que buscavam aumentar suas populações (Badinter, 1985).

A possibilidade de assumir um papel de importância considerável na sociedade foi sedutora para as mulheres da época, que viam na maternidade a única forma de exercer um trabalho “nobre” e que não era exercido pelos homens. Os traços que passaram a desenhar a “boa mãe” no século XVIII, se estenderam ainda aos dois séculos seguintes, transformando o bebê no objeto de desejo e de maior privilégio da atenção materna. A mulher se apaga atrás da condição de boa mãe que, protetora, se dedicará unicamente para a vida do filho dentro do seio familiar cuidando, educando, vigiando e assim, efetivando sua posição, condição e

presença dentro do lar (Badinter, 1985).

A função de boa mãe monopoliza integralmente a vida da mulher que, deixa de lado os próprios sentimentos e desejos em prol do amor dedicado aos filhos. Presa a essa função, a mulher não mais poderá abandoná-la sob pena de condenação moral. Se condenavam moralmente ainda todas as que não podem exercer com perfeição o seu papel, o que dificultou a efetiva inserção da mulher no mercado de trabalho e, surgiu o desprezo ou piedade pelas mulheres que não possuíam filhos, sem levar em consideração os motivos para tal (Badinter, 1985).

A partir, então da imagem da “boa mãe” emergem as crenças que romantizam a maternidade. Os sentimentos contraditórios sentidos pelas gestantes eram negados e julgados, restando a mulher grávida apenas o direito a sentimentos de felicidade e completude. De igual forma, desde o momento do descobrimento da gestação a mulher deveria dispensar a seu filho apenas afeto, e os cuidados para com o recém nascido seriam apenas reações inatas da “natureza feminina”. Para mais, os sentimentos e ações consideradas “normais” eram evidenciados em detrimento a reações que contrariavam os preconceitos habituais sobre o “instinto divino da maternidade” (Badinter, 1985).

Foi somente na década de 1960 que surgiram nos Estados Unidos um importante movimento feminista que põe em questão todas essas ideias relacionadas à “natureza feminina” e ao papel de “boa mãe”, até então, ditado como inerente a toda mulher (Badinter, 1985). Segundo Louro (1997), o conceito gênero aparece ligado diretamente a essas lutas do movimento feminista, com o intuito de acabar com a segregação social e com a política do feminino que se encontrava invisibilizada dentro do mundo doméstico.

Percebe-se, portanto uma idealização histórica da relação da mulher com a maternidade. Essa relação romantizada teve, inicialmente, conforme as bibliografias citadas anteriormente, a função de incentivar as mulheres a procriar, a fim de que, houvesse um aumento significativo da população. Posteriormente, a partir do momento em que as mulheres se voltam para o lar e assumem integralmente os papéis de mãe e esposa, é que se identifica um grande potencial deste incentivo, no que confere à opressão do gênero feminino.

A maternidade ainda nos dias de hoje é extremamente romantizada e, como consequência disso, todas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante a gestação, puerpério e maternidade em geral, são negadas e desprezadas. Ainda na atualidade a ideia de instinto materno é disseminada como uma verdade absoluta e, muitas vezes, colabora com a

não atenção ao sofrimento da mulher. Essa romantização propaga o pensamento da natureza feminina, ou seja, que toda a mulher nasceu para ser mãe. Esse pensamento atravessa a vida das mulheres desde o momento de seu nascimento, intensificando-se em forma de cobranças com o passar dos anos.

Mesmo com todos os estudos realizados na área e com os avanços em termos de igualdades entre os gêneros e desconstrução de paradigmas, a maternidade ainda é vista como uma obrigatoriedade. Essa pressão social sobre as mulheres está para além de toda a idealização introduzida culturalmente sobre a maternidade, podendo ser identificada como um símbolo do controle social sobre o corpo e as ações femininas, o que representa uma forma expressiva de opressão de gênero.

Minha intenção a partir destas reflexões levantadas nesse relato de experiência é abrir espaço para discussões sobre a romantização e idealização da maternidade. A ideia principal é que as inquietações que surgiram ao longo de meu estágio sirvam de impulso para a produção de pesquisas e revisões sobre o assunto. O objetivo principal ao buscar produzir sobre esse tema é que discussões como essa incentivem uma visão da maternidade real e da legitimação do sofrimento causado por ela, servindo como base para a construção de uma assistência de qualidade.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PORTO, Dora. **O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero**. Revista Redbioética/UNESCO, Año 2, 1(3), 55-66, Enero-junio 2011.